

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Tainá Andressa Cezar Silva

**O FORTALECIMENTO DA SOCIALIZAÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MEIO RURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NOS GRUPOS DE
CONVÍVIO DE PINHAL SANTO ANTÔNIO/SINIMBU**

Santa Cruz do Sul

2015

Tainá Andressa Cezar Silva

**O FORTALECIMENTO DA SOCIALIZAÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MEIO RURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NOS GRUPOS DE
CONVÍVIO DE PINHAL SANTO ANTÔNIO/SINIMBU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Me. Guiomar Maria da Silva

Santa Cruz do Sul
2015

Tainá Andressa Cezar Silva

**O FORTALECIMENTO DA SOCIALIZAÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MEIO RURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NOS GRUPOS DE
CONVÍVIO DE PINHAL SANTO ANTÔNIO/SINIMBU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Me. Guiomar Maria da Silva
Professora Orientadora

Dra. Simone Ritta dos Santos
Professora Examinadora

Dra. Maira Meira Pinto
Professora Examinadora

Santa Cruz do Sul
2015

AGRADECIMENTOS

Muitos nomes me vêm a mente quando penso em agradecer. Acredito que cada pessoa que participa da minha vida, participa por um motivo: deixar um aprendizado comigo e levar outro consigo.

Portanto, seria injusto eu não mencionar aqueles que contribuíram na construção do ser que sou hoje simplesmente por já não fazerem parte do meu cotidiano. Quero desejar-lhes, passageiros do destino, que o amor Divino seja o guia na estrada de suas vidas e que, por nenhum segundo, a maldade se sobreponha àquilo que vocês acreditem.

Aos meus fiéis amigos de jornada acadêmica, quanto lhes devo por tantas vezes terem me alertado que deveria fazer aquele trabalho esquecido? Posso pagar em prestações eternas de lealdade? Na verdade, eu só quero dizer para que continuem na minha vida, e, caso não seja de corpo presente, que o façam de espírito. Corações conectados não se desligam nem com a distância.

Aos meus velhos, novos e bons amigos: Apenas continuem!

Continuem trazendo risadas, histórias, choros e vivências. É tão bom ter pessoas com as quais posso ser o que sou sem ter que me polir. Nada como poder exercer a bobagem que às vezes consigo ser. Vocês sabem que tem momentos que eu canso de ser séria, de levar tudo tão a sério e vocês me trazem uma leveza imensa. Obrigada por tudo!

Quanto a minha grande família, agradeço a todos pela dedicação e atenção, mas principalmente pelos valores tão lindos cultivados por vocês e que me fazem ter certeza de que tenho uma família maravilhosa. Vocês são o motivo de eu acreditar na bondade das pessoas. Amo cada um e não consigo definir de outra maneira essa conexão tão intensa que tenho com vocês.

E, tratando-se de família, sem dúvidas meu agradecimento maior é para meu grandioso pai, pois é com ele que resido desde criança e só nós sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui. Ninguém conhece tão bem minha essência, minhas qualidades e meus defeitos quanto ele. Meu velho, tu é meu exemplo de entrega e de amor incondicional.

Por fim, quero agradecer as professoras Simone, Guiomar, Maira, Eunice e, a ex-supervisora de estágio, Salete Faber. Primeiramente quero dizer que vocês são lindas e uma fonte de inspiração e conhecimento a qual tive a oportunidade de beber. Existe um carinho que aquece meu coração toda vez que olho nos olhos de vocês. Obrigada pela dedicação, pelo tempo e pelas críticas construtivas, e um agradecimento especial àquelas que sempre acreditaram em mim e me fortaleceram.

“Nenhum homem tem as faculdades completas. Pela união social, eles se completam uns pelos outros para assegurar seu bem-estar e progredir. Por isso, tendo necessidade uns dos outros, são feitos para viver em sociedade e não isolados.”

(Allan Kardec)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a prática de estágio curricular da estagiária de Serviço Social no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS do município de Sinimbu, especialmente quanto ao projeto de intervenção exercido concomitantemente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As abordagens coletivas realizadas no âmbito do nosso projeto de intervenção tiveram como público usuário crianças e adolescentes em situação de isolamento social e os demais participantes do grupo de convívio. As ações aconteceram no interior de Sinimbu na região de Pinhal Santo Antônio, localidade rural e com grande índice de vulnerabilidade social. O foco deste trabalho foi analisar as hipóteses elencadas, que tratam sobre como a estagiária de Serviço Social pode ter contribuído para o fortalecimento da socialização nos grupos de convívio através do fortalecimento da sociabilidade, da formação de um grupo e do fortalecimento do sentimento de pertença. A metodologia utilizada nesse Trabalho de Conclusão é constituída por uma investigação qualitativa, onde foram analisados os documentos construídos durante nosso período de estágio curricular obrigatório enquanto estagiária de Serviço Social. No decorrer das análises, procuramos mostrar que as hipóteses levantadas são confirmadas. As descobertas que obtivemos com este trabalho dizem respeito as nossas reflexões que aconteceram tanto no período de estágio quanto na construção da análise das hipóteses.

Palavras-chave: Isolamento social. Socialização. Sociabilidade. Sentimento de Pertença ao território. Grupo de convívio.

ABSTRACT

This paper aims to check up on the social work internship at the Centro de Referência em Assistência Social (Social Assistance Reference Center) of Sinimbu, especially about the intervention project exercised concomitantly with Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (Service of Coexistence and Strengthening Linkages). The collective approaches conducted in the scope had as target user, children and teenagers in social isolation, and their living group participants. The action had place at Sinimbu interior, in the Pinhal Santo Antônio region, rural location with high occurrences of social vulnerability. This paper objective was to analyze the listed hypothesis, which deals how the social work intern may had contributed for its social gain at living groups and in the sense of belonging. The methodology used in this paper consists of a qualitative research, at where the documents analyzed were written while our internship period, as social work intern. During the analyzes, we seek to demonstrate that the assumptions were correct. The discoveries made with this work concerns our reflections that happens while in the internship period as in the construction of the analysis of hypotheses.

Key words: Social isolation. Socialization. Sociability. Belonging to the territory feeling. Living group.

Sumário

LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	9
PARTE I - PROJETO DA PESQUISA	11
1 PROBLEMÁTICA	11
1.1 Origem do Problema de TCC	11
1.2 Categoria Central de Análise: Socialização	14
1.3 Hipóteses.....	16
1.4 Objetivos	17
1.4.1 Objetivo Geral	17
1.4.2 Objetivos Específicos.....	17
1.5 Revisão de Literatura: A criança e o adolescente no meio rural.....	18
2 METODOLOGIA.....	21
PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS.....	23
1 PERCORRENDO A HISTÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	23
1.1 A Política Nacional de Assistência Social e a Proteção Social Básica	25
1.2 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos enquanto espaço de intervenção.....	29
2 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DA SOCIABILIDADE E DA FORMAÇÃO DE GRUPO.....	34
3 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENÇA AO TERRITÓRIO	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	53

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
CF/88	Constituição Federal de 1988
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ESF	Estratégia Saúde da Família
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PIS	Programa de Integração Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a prática de estágio curricular da estagiária de Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Sinimbu, especialmente quanto ao projeto de intervenção exercido concomitantemente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que ocorreu no período de março de 2014 a agosto de 2015.

A categoria central de análise deste trabalho é a socialização entre sujeitos em situação de isolamento social com os demais participantes do grupo de convívio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Essas abordagens coletivas aconteceram no interior de Sinimbu na região de Pinhal Santo Antônio com crianças de adolescentes da comunidade, em especial com estudantes da escola Nossa senhora de Fátima.

Esta é uma localidade que se caracteriza por ser rural, possui um dos cenários com maior índice de vulnerabilidade social e que tem sido um dos principais focos de atenção da Assistência Social do município. Assim sendo, com vistas na ampliação dos atendimentos no local e como forma de fortalecer a atuação do CRAS, optamos por atender ao público em situação de isolamento social, onde buscamos o fortalecimento socialização entre os participantes.

A realização de uma análise do processo de estágio é relevante devido ao grau de reflexão que nos exige, uma vez que devemos repensar, refletir e avaliar o que foi realizado, o que enriquece nossa formação profissional. Assim como, devolver essas informações para o CRAS contribui para a aproximação deste equipamento com a realidade local.

Este trabalho está organizado em duas partes que auxiliam o leitor na compreensão da sua organização.

Na primeira parte, abordamos o contexto social o qual os usuários estão inseridos, a origem do nosso problema em questão, o objeto de intervenção, as hipóteses e objetivos que formam este TCC.

Também discorreremos sobre a metodologia, de base qualitativa, que foi utilizada para a construção da análise das hipóteses.

Na segunda parte, o leitor encontrará mais três capítulos. No terceiro capítulo estaremos discorrendo sobre a Política Social que orienta o espaço onde estivemos inseridas e como este local se organiza, bem como nosso objeto de intervenção.

O quarto e quinto capítulo correspondem à análise das três hipóteses, as quais buscam responder sobre o processo de consolidação da socialização através do fortalecimento da sociabilidade, da formação de grupo e do fortalecimento do sentimento de pertença ao território.

Por fim, colocamos nossas considerações finais acerca das análises e do processo de construção de conhecimento onde procuramos responder a pergunta desta pesquisa.

PARTE I - PROJETO DA PESQUISA

1 PROBLEMÁTICA

1.1 Origem do Problema de TCC

Este primeiro capítulo tem por objetivo apresentar a origem do problema que possibilitou elaborarmos este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Inicialmente vamos descrever o município que nos acolheu, a Política Social que foi e será nosso pano de fundo neste trabalho, o dispositivo onde desenvolvemos nosso estágio e por fim o projeto no qual intervimos.

O município de Sinimbu possui, conforme último censo, 10.068 habitantes (IBGE, 2010), e 85,7% dessa população reside em áreas rurais. Apesar do baixo número de habitantes, essa é uma cidade de grande extensão geográfica por onde se distribuem diversas localidades.

As famílias moradoras dessas regiões possuem como principal atividade o cultivo do tabaco, que é também a principal fonte econômica do município. A renda per capita destes moradores é em média de R\$ 70,00, até três salários mínimos.

Na região norte do município, conhecida também como “região serrana”, existe uma localidade chamada Pinhal Santo Antônio, que é distante do meio urbano, de difícil acesso e com necessidades evidentes de ampliação das ações de proteção social. As estradas que fazem a ligação entre esta região e o meio urbano são, na sua maior parte, estreitas, sem asfaltamento e com muitas pedras. Esses detalhes tornam o trajeto perigoso, desgastante e, além disso, o transporte público cobra em torno de R\$ 5,00 a passagem, um valor consideravelmente alto para ir até o centro da cidade que fica a aproximadamente 35 km. Percebe-se que o deslocamento do interior para parte central da cidade pode ser oneroso e inviável para algumas pessoas, fatos esses que contribuem para que os indivíduos fiquem alheios a determinadas informações e ao acesso a serviços públicos. Cabe ressaltar que esta localidade possui grande concentração de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

A Assistência Social no município de Sinimbu está vinculada a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, sendo entendida como um departamento dentro da secretaria de saúde. Possui o compromisso seguir as orientações preconizadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) bem como as

demais orientações e normas operacionais e, dentre elas, está a implementação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS tem por objetivo organizar e ofertar serviços da Proteção Social Básica da PNAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social no seu território de abrangência. Os serviços oferecidos nesta proteção são de caráter preventivo, protetivo, proativo e podem ser ofertados diretamente no CRAS ou por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada (sem fins lucrativos), desde que sejam por ele referenciados (BRASIL, 2009).

O CRAS/Sinimbu iniciou suas atividades em maio de 2011 e tem sob sua responsabilidade nove localidades do município, com o compromisso de uma atuação ativa no acolhimento das demandas que emergem das diferentes regiões. Inseridos neste contexto, como estratégia de melhoria e ampliação dos atendimentos, o CRAS/Sinimbu aderiu ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Este Serviço visa à realização grupos de crianças, jovens e pessoas idosas e de atividades que promovam a socialização e forneçam aquisições progressivas aos seus usuários.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV atua como:

Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (2009, p. 9)

Nossa inserção como estagiária de Serviço Social ocorreu neste serviço durante o período de 2014/1 a 2015/1 e o ponto central de nossa atuação esteve frequentemente vinculado ao trabalho de grupo com crianças e adolescentes usuários do SCFV, tornando o grupo como tema deste TCC.

Ao aderir ao SCFV, o mesmo precisaria ser planejado e organizado ficando sob nossa (estagiária) responsabilidade e da psicóloga a identificação das demandas e a elaboração do projeto. Esse trabalho foi realizado em três localidades e dentre estas, a de Pinhal Santo Antônio.

Através de observações feitas durante acompanhamento das atividades cotidianas do CRAS (visitas domiciliares, grupos de convívio, plantões de atendimento), reuniões com a equipe técnica do CRAS e com a diretoria da escola

Nossa Senhora de Fátima, pode ser constatado a fragilidade da região de Pinhal Santo Antônio a qual apresentava um grande número de situações de risco e vulnerabilidade, tornando-se nosso foco de atenção. Logo identificamos a dificuldade de socialização entre as crianças e adolescentes desta região, inclusive a existência de situações de isolamento social.

Ao analisarmos as expressões da Questão Social na localidade, escolhemos executar nosso projeto de intervenção voltado para o desenvolvimento de ações que favorecessem o fortalecimento de vínculos entre as crianças e adolescentes em situação de isolamento social com os demais participantes do grupo de convívio no SCFV. Para tal, realizamos trabalho de grupo e atendimentos individuais com os usuários deste serviço, além da elaboração de prontuários e reuniões com a equipe técnica envolvida no acompanhamento do desenvolvimento dos participantes.

As ações do projeto de intervenção ocorreram na região de Pinhal Santo Antônio em espaços cedidos pela Escola Nossa Senhora de Fátima (salas de jogos, biblioteca, quadra esportes). Elas aconteceram quinzenalmente, totalizando quatorze encontros e possuindo quinze participantes entre crianças e adolescentes, envolvendo tanto os identificados em condição de isolamento social quanto os demais, conforme estava previsto.

Os atendimentos individuais aliados às atividades grupais formavam uma intervenção de natureza psicossocial, todas as ações do projeto foram por nós coordenados, monitorados e avaliados. Os atendimentos individuais foram realizados por uma psicóloga ligada ao SCFV, que também participava das reuniões e do preenchimento dos prontuários. Quanto às atividades de grupo, estas foram realizadas por nós e aconteciam em dois grupos separados por turnos (manhã e tarde) e possuíam cunho lúdico, educativo e interativo, sendo desenvolvido de acordo com o nível de interação percebido entre os participantes e das demandas específicas que cada usuário apresentava em especial os sujeitos em situação de isolamento.

A seleção dos usuários se deu previamente por representantes da escola (diretoria, orientadores e professores) através de critérios levantados por eles, tais como: condição econômica e desenvolvimento em sala de aula (socialização e aprendizagem). Após esta etapa, os selecionados passaram por uma entrevista conosco (estagiária) para a identificação das demandas de cada participante e para verificar se encaixavam como público usuário do SCFV. O público usuário é definido

pelo Serviço como crianças e adolescentes nas seguintes situações: retirados do trabalho infantil; reconduzidos ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; com deficiência; cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda e com precário acesso a renda e a serviços públicos.

Acreditamos na importância deste trabalho principalmente pelo fato dos moradores, aqui em especial crianças e adolescentes, da referida comunidade possuírem poucas opções de lazer e socialização, algo que infelizmente costuma ser comum em espaços rurais, pois se entende que a forma como as residências se distribuem no meio rural não favorece o contato com outras pessoas, uma vez que:

[...] a sociedade rural caracteriza-se por um conjunto de coletividades locais, de pequena dimensão, delimitadas por grandes espaços de natureza, ocupados pela agricultura ou pela natureza no seu estado selvagem, dado o abandono crescente dos campos. (MIRANDA, 2004, p. 48)

A socialização se faz necessária em todas as etapas da vida do homem, porém, são na infância e na juventude que se formam as primeiras noções de respeito, cidadania, ética e moral, noções indispensáveis para o bom relacionamento e crescimento do ser humano. Quanto a esse processo, Belloni nos diz que a “estruturação da personalidade se realiza na prática interativa das crianças com seu universo de socialização que inclui [...] os diferentes grupos de pares, formados na família, na escola e no bairro” (2007, p. 58).

Com base nesse entendimento que escolhemos crianças e adolescentes para o trabalho de grupo com vistas na contribuição para a socialização e consequentemente para sua evolução enquanto cidadão.

Para sintetizar e explicar como se deu o processo de estágio da acadêmica, o problema de TCC escolhido foi o seguinte: como a estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização nos grupos de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Pinhal Santo Antônio no período de 2014/1 a 2015/2?

1.2 Categoria Central de Análise: Socialização

É sabido que o ser humano é um ser social e necessita do contato com outros para seu desenvolvimento e, inclusive, para sua saúde, uma vez que “desde os tempos mais remotos [...] sente necessidade de se agrupar, de trabalhar e viver em

conjunto. Esta necessidade de pertença é visível em todos os grupos etários” (MIRANDA, 2004, p. 16).

Entretanto, ainda que o ser humano apresente a necessidade de se relacionar socialmente, ele

não se torna espontaneamente um ser social [...]. Mesmo se ele dispõe do ‘equipamento’ cognitivo necessário para tornar-se um ser social, é preciso ativar estas capacidades, desenvolvê-las e estruturá-las para transformá-las em competências sociais efetivas.” (BELLONI, 2007, p. 58).

Assim sendo, entende-se que mesmo com a pré-disposição em ser social o indivíduo que não tiver oportunidade e/ou não desejar desenvolver esta capacidade - como em casos de isolamento social - não terá desenvolvido a capacidade de socialização.

Porém, a criação da personalidade se dá através “de um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos” (SAVOIA, 1989, pg. 54). A formação da individualidade também está diretamente ligada com esse processo, como nos afirma Ramos:

[...] indivíduo dentro dos seus padrões sociais, vive em sociedade, como membro do grupo, como “pessoa”, como “socius”. A própria consciência da sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas relações entre o “eu” e os “outros”, entre o grupo interno e o grupo externo. (2003, p. 238)

Pode-se inferir, portanto, que uma pessoa que não desenvolve relacionamentos sociais muito provavelmente terá problemas para se comunicar, aprender e ensinar, dependendo do seu grau de isolamento social.

As Orientações Técnicas sobre o SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos diz que a socialização é construída desde a infância:

[...] o processo de socialização e formação da cidadania tem início ainda na tenra idade, inicialmente com o grupo familiar [...] e, posteriormente, quando passa a se relacionar com seus pares, através de brincadeiras e jogos. Nessa fase, as crianças experienciam seu lugar social. É por meio do brincar que a criança é inserida em seu meio social, [...] assim como também passa a conhecer o papel desempenhado por cada indivíduo de seu meio social, experimentando, assim, sua condição de cidadã. (2010, p. 75)

Diante deste contexto, a socialização pode ser entendida como o comportamento social adquirido por um sujeito diante de determinado meio e

cultura, ajustando-se ao grupo e se tornando sociável, processo este que se dá no desenvolvimento das relações sociais.

Esse é um processo que ocorre durante toda a vida do indivíduo, onde primeiramente é construído e depois, com o evoluir dos contatos sociais, é aprimorado ou alterado conforme as experiências de vida.

Para Savoia (1989) existem três agentes socializadores principais que participam de forma ativa nesse movimento de socialização, que são a família e a escola - como agentes básicos - e os meios de comunicação em massa.

A família é o meio de socialização primária, em que o sujeito vivência as primeiras trocas afetivas e a formação de valores, tendo influência significativa na construção da personalidade. Num segundo momento, temos a participação da escola, onde o indivíduo, já possuindo determinada orientação comportamental, se insere e desenvolve. Os meios de comunicação em massa possuem como função fornecer informações, mas, neste processo, entram como veiculação de ideias, influenciando na cultura e na sociedade das mais diversas formas.

Savoia (1989) separa o processo de socialização em três etapas: a primeira acontece na infância tendo influência principalmente da família; a segunda é a fase adulta, onde o indivíduo com a personalidade já formada, mesmo possuindo mais estabilidade comportamental, pode vivenciar momentos de crises pessoais leves ou intensas. Existe nesta época outro agente socializador importante, o trabalho; A terceira acontece na velhice, onde o sujeito, devido a grande mudança na rotina de vida, fica mais propenso a crises pessoais. Este é um período frágil, pois o sujeito experimenta momentos de distanciamento com alguns grupos sociais, tornando estes contatos mais restritos.

Percebe-se que a influência da socialização se dá durante toda a vida das pessoas, tendo importante papel para o ser humano, estando ligado ao desenvolvimento do sentimento de pertença, da identidade cultural e individual, funcionando como “porta de entrada” para aquilo que o sujeito virá a ser.

1.3 Hipóteses

- I. A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através do **fortalecimento da sociabilidade** dos participantes do SCFV. Para este objetivo foi utilizado da observação na identificação das

dificuldades específicas de cada usuário, a abordagem individual e a coordenação estratégica dos grupos, de maneira que todos pudessem desenvolver suas potencialidades e a capacidade de interação com os demais.

II. A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através da **formação de um grupo** entre os participantes do SCFV. A técnica de abordagem coletiva foi utilizada para a execução das atividades grupais aliada à técnica de observação, que foram realizadas sempre de maneira dinâmica e visando a interação entre todos os participantes. Sobretudo, levaram-se em consideração as necessidades individuais de cada sujeito para o seu desenvolvimento no contato com os demais.

III. A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através do **fortalecimento do sentimento de pertença ao território** nos participantes do SCFV. As técnicas de abordagem coletiva e individual foram utilizadas neste processo. Os trabalhos voltados para este objetivo envolveram o reconhecimento das características locais do campo, com a realização de atividades em meio à natureza, rodas de conversa e elaboração de desenhos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar como se deu o fortalecimento da socialização no grupo de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Pinhal Santo Antônio através do instrumental utilizado pela estagiária de Serviço Social.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Verificar se as abordagens coletivas contribuíram para a formação de um grupo dos participantes do SCFV;

- Analisar se as abordagens coletivas e individuais contribuíram para o fortalecimento do sentimento de pertença ao território nos usuários do SCFV;
- Verificar se a observação e a coordenação estratégica das atividades grupais contribuíram para o fortalecimento da sociabilidade.

1.5 Revisão de Literatura: A criança e o adolescente no meio rural

Infelizmente a realidade do meio rural ainda apresenta fatores que influenciam e condicionam a precariedade no desenvolvimento de crianças e adolescentes que, por vezes, sofrem com a negligência em relação à atenção básica e a seus direitos enquanto cidadãos.

Os direitos da criança e do adolescente são assegurados pela Constituição federal de 1988, onde no seu art.227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso) (BRASIL, 2003, p. 157)

Esses direitos são reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, **assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social**, em condições de liberdade e igualdade. (grifo nosso) (BRASIL, 1990, p.11)

A partir dessas afirmações pode-se perceber que existe a preocupação e reconhecimento da fragilidade da pessoa humana enquanto ser em processo de formação, devendo a família, a sociedade e o Estado prover as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento.

Sabemos que a família deve ser o “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros” (BRASIL, 2004, p. 25). Entretanto, quando a família está em condição de vulnerabilidade social e risco, é dever do Estado intervir e contribuir para o fortalecimento da mesma.

Porém, quem reside no meio rural sofre frequentemente com a ausência de ações no âmbito das políticas públicas e, neste contexto de dificuldades, acaba por criar suas próprias estratégias de sobrevivência. De acordo com Miranda:

O que distingue o meio rural do ambiente urbano é a densidade populacional e em consequência a oferta de serviços. As populações do meio rural, de um modo geral, vivem mais próximas da natureza, tanto no seu ambiente natural, como até nas actividades profissionais. (2004, p. 49)

O resultado do desamparo com essas famílias atinge todos seus membros, fazendo com que crianças e adolescentes tenham que deixar de brincar e/ou estudar para trabalhar no campo.

A educação exerce uma função primordial na infância e na juventude, tanto no fornecimento de um espaço que viabiliza a socialização, quanto à formação de um indivíduo com pensamento crítico através do estudo. Vieira e Veronese informam que:

[...] educação é um dos instrumentos mais importantes para a consolidação dos princípios cardeais da Doutrina da Proteção Integral. Dificilmente crianças e adolescentes exercerão com qualidade sua prerrogativa de sujeitos de Direito sem uma sólida formação psicológica, social e intelectual. (2006, p. 37)

Outro fator de vulnerabilidade que pode ser encontrado no meio rural é a realização do trabalho infantil doméstico, em razão de que este geralmente é visto como algo normal e comum, pois é como parte da cultura dos brasileiros, principalmente às famílias de baixa renda, onde todos os integrantes da casa devem ajudar nas tarefas diárias. Fonseca entende que “para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua.” (2005, p. 51).

Entendemos que no meio rural esta cultura do trabalho esteja bastante fortalecida entre as famílias, principalmente por sua dificuldade no acesso a informações que, por consequência, tendem a manter e reproduzir mais facilmente as ideias antigas e o conservadorismo. Essa questão cultural, segundo Sakamoto:

[...] ainda é bastante difundida a concepção de que o trabalho infantil não é um problema, mas sim algo positivo. Esse é justamente um dos elementos mais difíceis a serem transformados, já que essa ideia está bem arraigada no pensamento de uma parcela significativa da população [...]” (2015, p. 8)

O trabalho infantil resulta em diversos efeitos negativos na formação dos cidadãos, como, por exemplo, na convivência social, pois “há interferência em pontos essenciais para o desenvolvimento do afeto e da afetividade, tão importantes para o bom relacionamento na família e na comunidade.” (BRASIL, 2010, p. 30). Ao se distanciar das atividades essenciais na infância e na juventude, estes sujeitos tem seu direito de pleno desenvolvimento negado.

Por fim, percebemos que existem, no meio rural, predisposições que são desfavoráveis e que podem gerar e/ou agravar as situações vulnerabilidade social e risco. Contemplar estas informações é importante, tendo em vista que devem ser consideradas as particularidades do meio rural ao se pensar em ações e estratégias de enfrentamento das expressões questão social para este público.

2 METODOLOGIA

Pesquisa se configura como um conjunto de ações que visam à conquista de novos conhecimentos sendo a “atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 1994, p. 17). A metodologia vem como parte desse processo de estruturação, pois é o mecanismo que norteia as ações para que sejam coerentes e exequíveis.

Para esta pesquisa adotamos uma metodologia qualitativa, pois, nosso objeto de estudo sendo de cunho social, deve trabalhar com questões subjetivas que não podem ser quantificadas em números e/ou valores. Minayo entende que a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (1994, p. 21-22).

Ao utilizarmos essa metodologia esperamos compreender o significado das experiências sociais vivenciadas pelos sujeitos, dos fenômenos sociais que os envolvem, não de maneira superficial, mas em sua essência. Para tal, segundo Martinelli, é necessário construir “instrumentos que superam o questionário, o formulário e que irão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Pois ‘se queremos conhecer modo de vida temos que conhecer as pessoas’” (1994, p. 14).

Para esta investigação, foram utilizados dados existentes, tendo em vista que esta pesquisa objetiva construir um conhecimento a cerca da questão apresentada como problema e “a intenção, contudo, é de não modificar nem esse conhecimento, nem as atitudes” (LAVILLE, 1999, p. 134). Ou seja, não haverá intervenção nem a alteração dos dados presentes na situação investigada.

Considerando que esta investigação busca esclarecer o porquê dos fenômenos a partir do aprofundamento do conhecimento de uma realidade já explorada, ela se caracterizará como explicativa. Sua contribuição é muito significativa em razão de sua aplicação prática e nem a margem de erros com representatividade maior, devido sua complexidade, diminui sua importância.

A fonte de informações para esta pesquisa foi em materiais de estágio construído pela estudante, tais como: diários de campo, relatórios descritivo

processuais e os relatórios finais de estágio. Portanto, configura-se como uma pesquisa documental, através do entendimento que:

[...] o termo designa toda fonte de informações já existente. Pensa-se, e claro, nos documentos impressos, mas também em tudo que se pode extrair dos recursos audiovisuais e, como ilustrado no capítulo anterior, em todo vestígio deixado pelo homem. (LAVILLE, 1999, p. 166)

Por fim, a análise dos dados será feita a partir da concepção de análise de conteúdo de Bardin (1977), que é dividido em três etapas:

A primeira etapa é a pré-análise, que possui como objetivo tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais, sendo o momento da escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses, objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final;

A segunda etapa é a exploração do material, que se baseia na administração sistemática das decisões tomadas, é a leitura e a separação do material por regras ou significados previamente elencados pelo pesquisador;

A terceira etapa é a interpretação, configura-se basicamente como a análise dos dados, o estudo do material e a compreensão das evidências que comprovam ou não as hipóteses da pesquisa.

PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

1 PERCORRENDO A HISTÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo, discorreremos brevemente acerca da história da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, a fim de conhecer como se deu a base de sua construção para que possamos melhor entender sua estrutura. Logo após, abordamos o posicionamento atual utilizado na política e apresentamos informações acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Historicamente, a assistência social no Brasil teve seus primeiros ensaios na década de 30, com a realização de ações da igreja baseadas na caridade e benemerência. Não existia, nessa época, o entendimento da Questão Social e suas expressões, a pobreza era vista como acomodação das pessoas e o culpado pela situação era o próprio sujeito. A intenção da igreja era disciplinar estes indivíduos, com a ideia de “ajustamento” e de “adequação” às regras da sociedade.

Esta concepção perdurou até os anos 40, quando a assistência social começou a ser vista através da criação da primeira instituição neste âmbito, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob responsabilidade da primeira dama do país, Darcy Vargas, no ano de 1942 (CARVALHO, 2008).

A LBA foi criada no período em que o Brasil estava sendo engajado na Segunda Guerra Mundial e, por tal motivo, num momento de queda no poder aquisitivo das famílias e conseqüentemente o aumento das situações de pobreza. Assim sendo, essa instituição teve por objetivo primeiro “o de prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço da guerra atender” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 257). As ações realizadas tinham aspecto filantrópico e eram baseadas nos interesses dos governos vigentes.

Mais tarde, em concomitância com o desenvolvimento econômico e social do país, a LBA passou a estender sua atenção as diferentes demandas que surgiam, assim como da população em situação de vulnerabilidade social (BOCHETTI, 2003). De acordo com Mestriner, a LBA:

Nesse processo de expansão, procura mobilizar e coordenar as instituições sociais privadas e públicas, ao mesmo tempo em que, por meio de ações próprias, tenta suprir as defasagens apresentadas pelo sistema assistencial existente. [...] Dessa forma, contribui para a organização, ampliação e interiorização da assistência social [...] (2008, p. 145)

Este modelo de proteção social se manteve até 1964, período em que o país sofria grande crise econômica, onde ocorreu a diminuição dos salários e o aumento da pobreza. Neste mesmo ano ocorreu o Golpe Militar no Brasil, e, com a concentração do poder do Estado nas mãos dos militares, optou-se pela aceleração da acumulação de capital, que “supunha dois mecanismos básicos: a concentração de renda e a abertura para o exterior” (SPOSATI, 1992, p. 16). Assim, o governo “visando o desenvolvimento econômico do país, se utiliza da contenção salarial, o que elevou a desigualdade social, provocando ainda mais a pauperização da população” (FERREIRA, 2013, p. 17).

Diante dessa situação, visando a segurança nacional, buscou-se amenizar a condição de empobrecimento da população e por meio de ações da assistência se evitava a mobilização destes frente as precárias condições de vida e trabalho.

É durante esse período autoritário que se consolida o Estado assistencial. Os serviços, programas e projetos da área social passam a ser criados de acordo com o problema, idade e necessidade da população, ou seja, através de práticas fragmentadas e setoriais que perduram até a atualidade (FERREIRA, 2013, p. 17).

Alguns avanços foram obtidos na área social, como a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A LBA passa a ser Fundação Legião Brasileira de Assistência e é ligada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e em 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, e vinculado a ele, a Secretaria de Assistência Social.

Em 1980, apesar destes avanços, ainda era expressiva a desigualdade e a pobreza no país, fazendo com que se fortalecessem as reivindicações da sociedade civil e trazendo à tona uma grande articulação dos movimentos sociais, que se tornou um instrumento significativo na formação das novas configurações das políticas sociais.

Entretanto, foi somente em 1988 através da elaboração de uma nova Constituição Federal que o Brasil passou a assegurar a ampliação dos direitos

sociais, principalmente no âmbito da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

A Assistência Social passa a ser caracterizada como política pública pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), através de seu art.194, ao afirmar que : “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (2003, p. 193).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei no 8.742, promulgada em dezembro de 1993, “representa o reconhecimento da política pública de Assistência Social sob responsabilidade do Estado e deu início a uma das mais ricas trajetórias de política social em nosso país” (BRASIL, 1993, p. 3).

Ao ser reconhecida enquanto política, a assistência social deixa de ter caráter assistencialista e de caridade e passa a ser entendida enquanto direito, efetivando a ruptura com o conservadorismo e dando espaço para uma nova concepção da realidade social.

1.1 A Política Nacional de Assistência Social e a Proteção Social Básica

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolidada em novembro de 2004, é uma política que considera as desigualdades socioterritoriais visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade, garantindo proteções aos indivíduos (BRASIL, 2004).

A Constituição Federal diz em seu art. 203 que a “assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, 2003, p. 120). Ou seja, mesmo sendo de caráter universal e sem a exigência de contribuição, existem alguns aspectos que delimitam o público usuário da política, pois ela é voltada àqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podem ser asseguradas pela renda do trabalho ou pela condição geracional como a infância e a velhice, assim como, pela condição de incapacidade.

Configuram-se como usuários dessa política os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou risco, tais quais:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 18-19).

Pode-se entender por vulnerabilidade social e risco as situações que fragilizam os sujeitos e que podem ser de origem natural como consequências do envelhecimento ou de uma doença, assim como podem ser socialmente produzidos, como a fome, o analfabetismo, o desemprego, más condições de trabalho, preconceitos por raça, sexo, orientação sexual entre outros.

Com vistas no enfrentamento a estas situações e à diminuição da desigualdade social, a Assistência Social é regida pelos seguintes princípios conforme disposto na LOAS (BRASIL, 1993):

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Ela deve garantir segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência social e familiar, assegurar a universalização do acesso ao atendimento às necessidades básicas dos usuários e oferecer proteções contra riscos e vulnerabilidades.

Visando cumprir com seus objetivos, esta política é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este sistema regula e operacionaliza a rede socioassistencial com ações em todo o território nacional.

O SUAS é um modelo de gestão para todo território nacional, que articula a ação de três entes governamentais através do estabelecimento de novos

pactos federativos para a política de assistência social e para a sua articulação com as demais políticas sociais no âmbito da proteção social brasileira. (BRASIL, 2008. p. 42)

Essa forma de gestão materializa o disposto na LOAS, pois atua de forma descentralizada para os Estados, Distrito Federal e os Municípios, é participativo sendo composto pelo poder público e pela sociedade civil e concretiza a responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social.

Para os cidadãos que necessitam, a assistência social oferece determinadas seguranças como forma de prevenção, proteção e fortalecimento.

Proteção é o ato ou efeito de amparar, auxiliar ao próximo naquilo que ele necessita¹. Na assistência social proteção aparece com um conceito amplo onde constitui todo um sistema de proteção contra riscos, perdas e danos pessoais e sociais que podem influenciar negativamente na vida das pessoas.

O SUAS organiza as proteções afiançadas pela assistência social em níveis de riscos e vulnerabilidades, onde para cada um destes são criados serviços socioassistenciais voltados para cada tipo de situação, buscando a melhoria de vida da população, com base nos princípios e diretrizes da LOAS.

A oferta de serviços está organizada de acordo com o nível de complexidade do SUAS, hierarquizada em dois eixos: Proteção Social Especial e Proteção Social Básica.

A Proteção Social Especial oferta serviços especializados e de caráter continuado, voltados para contribuição da reconstrução de vínculos familiares e comunitários. Neste caso, os vínculos familiares já foram rompidos e/ou o usuário já teve seus direitos violados, sendo assim, esta proteção visa a superação e a prevenção de agravos de risco pessoal e social. Tem como referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade que pode ser de abrangência municipal ou regional que oferta e referencia serviços especializados. Esta proteção se divide em Alta Complexidade e Média Complexidade².

Segundo a PNAS (2004), a Proteção Social Básica é voltada para o desenvolvimento de potencialidades e aquisições do indivíduo e o fortalecimento dos

¹ LUFT, Celso Pedro, Minidicionário Luft. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.

² A proteção de alta complexidade atende indivíduos sem vínculos familiares e comunitários, e/ou em situação de ameaça, que necessitam ser retirados de seus núcleos de convívio. O público usuário deste nível necessita de serviços de acolhimento, atendimento especializado e de proteção integral. A proteção de média complexidade é voltada para pessoas que tiveram seus direitos violados, e embora a convivência familiar ainda exista esses vínculos podem estar fragilizados. (BRASIL, 2004)

vínculos sociais e familiares, visando prevenir situações de risco. Ela é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, dificuldade de acesso aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Neste nível de proteção devem ser oferecidos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, e o desenvolvimento de projetos e serviços com a finalidade de atender as necessidades apresentadas pelos cidadãos. Esta proteção é atribuição do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade que é referência para todos os serviços socioassistenciais de proteção básica.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) materializando a PNAS também é responsável pela “gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território” (BRASIL, 2009, p. 11), devendo estar localizado em áreas de fácil acesso às famílias e cidadãos dos municípios de atuação. Suas ações devem ser realizadas a partir de dois eixos: a territorialização e a matricialidade sóciofamiliar, onde o primeiro se refere:

[...] à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (BRASIL, 2009, p. 15)

A territorialização diz respeito ao reconhecimento da dinâmica das relações sociais do local e das expressões da questão social ali presentes, isso significa conhecer a realidade local da comunidade a qual se está intervindo para que seja possível uma atuação mais efetiva.

A matricialidade sóciofamiliar “se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2004, p. 12). Considera-se a família como o espaço de socialização primária, de formação do sujeito e de cuidado com seus membros, devendo, portanto, ser protegida.

Segundo a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) existem três níveis de gestão da Assistência Social no município, podendo ser inicial, básica ou plena.

A cidade de Sinimbu se encontra no nível de gestão básica³, é um município de pequeno porte e de acordo com a NOB/SUAS, a orientação é da implantação de um CRAS de Pequeno Porte I para até 2.500 famílias referenciadas.

O CRAS deve, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), executar os seguintes serviços da Proteção social Básica: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

1.2 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos enquanto espaço de intervenção

O SCFV foi o serviço o qual realizamos nosso projeto de intervenção enquanto estagiária do CRAS/Sinimbu, ele é de caráter preventivo e apresenta segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), diversos objetivos gerais para serem cumpridos no sentido de trabalhar os aspectos de territorialização e matricialidade sóciofamiliar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Entre eles, centramo-nos:

- No fortalecimento da rede de proteção social de assistência social no território;
- Na promoção ao acesso a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer;
- Na prevenção da segregação das crianças e adolescentes;
- No estímulo ao desenvolvimento do protagonismo dos usuários.

Ao levarmos o Serviço até a comunidade, ampliamos o acesso das famílias a rede de proteção e nos aproximamos da realidade local, fortalecendo a atuação do CRAS/Sinimbu. Através das atividades grupais possibilitamos a troca de experiências, vivências, lazer e cultura, assim como prevenimos a segregação dos participantes e, com os atendimentos individuais, estimulamos o desenvolvimento do protagonismo dos usuários.

³ Gestão Básica: “Nível onde o município assume a gestão da proteção social básica na assistência social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município” (BRASIL, 2005, pg. 24)

O SCFV deve ser executado em grupos separados por faixa etária da seguinte forma: Crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos.

Trabalhamos, em nosso período de atuação, especificamente com o público de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos por ser a faixa etária em maior número na Escola Nossa Senhora de Fátima, onde realizamos as atividades grupais, e por esta clientela apresentar maior necessidade de intervenção.

O CRAS/Sinimbu tem sua equipe técnica formada por: Uma coordenadora com carga horária semanal de 40h (Assistente social); Duas assistentes Sociais com carga horária semanal de 20h; Uma psicóloga com carga horária semanal de 20h; Uma psicóloga com carga horária semanal de 12h; Uma estagiária (Pedagogia) com carga horária semanal de 30h; Duas estagiárias (Serviço Social) com carga horária semanal de 8h. Ele tem sua sede no centro da cidade e as demandas chegam até esta equipe por meio da realização dos serviços deste equipamento, como também, através e da equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) de cada região, em especial através dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Com a finalidade de nos aproximarmos mais da localidade de Pinhal Santo Antônio realizamos contato com as equipes técnicas dos serviços públicos aos quais os moradores têm acesso mais facilmente (CRAS, Escola, ESF, ACS). E, por meio deste contato, conseguimos identificar as vulnerabilidades mais recorrentes, que são: famílias e indivíduos com fragilidade de vínculos de afetividade e sociabilidade, desvantagem resultante da exclusão pela pobreza e ao acesso as políticas públicas, uso de substâncias psicoativas e inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal. Estas são apenas algumas das situações que foram detectadas, mas as demandas que surgem daquela localidade são diversas.

Entretanto, foi através do estabelecimento de uma relação interinstitucional entre CRAS/SCFV e Escola Nossa Senhora de Fátima que pudemos identificar as situações de isolamento social, o qual acabou tornando-se nosso objeto de intervenção.

Ao estabelecer uma interlocução entre a PNAS, representada pelo CRAS, e a Política de Educação, representada pela Escola Nossa Senhora de Fátima, entramos no âmbito da intersetorialidade o que nos proporcionou maior apoio e ampliação da nossa atenção ao público usuário, tendo em vista que se uniram

forças para a execução das ações do SCFV. Partimos do conceito de Pereira e Teixeira de que:

A noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorialização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos. (2013, p. 121)

Deve-se, na intersetorialidade, articular saberes e experiências com a finalidade de alcançar melhores resultados no atendimento aos cidadãos e assim fortalecer o sistema de garantia de direitos. Entendemos que este tenha sido um importante mecanismo para a identificação das demandas e para o trabalho realizado no local, tendo em vista que foi a partir do estabelecimento da parceria que se tornou possível executar as ações do SCFV e do nosso projeto de intervenção.

Quanto às demandas verificadas levamos em consideração o que entendemos como a mais urgente e, em conformidade com nossas possibilidades de atuação no local, foi definido a condição de Isolamento social como nosso objeto de intervenção.

Segundo Montaño (2007), entende-se que o objeto de intervenção de uma dada profissão é construído a partir de determinada “perspectiva” e é a partir dessa “perspectiva” que se estabelece uma relação do sujeito com a realidade.

O profissional assistente social apresenta em sua base teórica a compreensão da forma como a sociedade se organiza, onde o antagonismo de classes é gerador de desigualdades que se apresentam das mais diversas formas. Partindo deste entendimento podemos dizer que o objeto de intervenção deste profissional é a questão social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO, IAMAMOTO 1983, p. 77)

Esta base teórica norteia a profissão e fornece sustentação para a realização de uma leitura e interpretação da realidade social - que é dinâmica e complexa – e que dá forma a sua dimensão teórico-metodológica.

Quanto a questão social, é ela “em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc.” (IAMAMOTO, 2000, p. 62). Essas expressões da questão social aparecem na sociedade em forma de situações de vulnerabilidade e/ou de risco social e configuram-se como demandas para o Serviço Social.

A palavra Isolamento aparece no dicionário com o sentido de “tornar (-se) solitário; afastar(-se) do convívio social”, já a palavra social aparece como “De ou relativo a sociedade; Amigo do convívio em sociedade” (LUFT, 2000, p. 403 e 612). A partir destes significados pode-se inferir que isolamento social é o afastamento de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos do convívio com a sociedade, seja por escolha própria (fatores individuais) ou pelas condições de vida a qual o sujeito se encontra (fatores sociais). Ele se configura como objeto de intervenção do assistente social, pois é entendida como expressão da questão social, uma vez que parte de seus condicionantes são resultado da forma como a sociedade está estruturada: A distribuição desigual de renda e acesso a serviços; Ao definir padrões de consumo, comportamento, valores e ideias que tendem a segregar e desvalorizar o ser humano que não se encaixe nos “padrões”.

Como exemplo utilizaremos a concepção de Ferreira (2012), que nos diz que um dos condicionantes do isolamento social em crianças se dá por não aceitação do grupo de convívio com o indivíduo que possui comportamento considerado indisciplinado ou imaturo a nível cognitivo, fazendo com que este sujeito seja colocado à margem pelos seus pares. Desta forma, pode-se entender que este é um fator socialmente produzido, devido aos padrões comportamentais definidos que podem ser gerador de preconceitos.

Outros fatores condicionantes são entendidos como individuais por partir do próprio indivíduo, como a timidez, a desconfiança e a vergonha. Entretanto, se analisarmos a partir de uma visão totalizante irá se perceber que os fatores individuais e sociais estão intimamente ligados, podendo os fatores individuais ser uma resposta às situações vividas no cotidiano e, assim, um ser resultado e agravante do outro.

Entendemos que as situações que levam ao isolamento social são as mais variadas, devendo ser levados em consideração diversos aspectos os quais o sujeito esta inserido: territoriais, culturais, sociais entre outros. Por tal motivo, este é um

objeto bastante complexo e que exige o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem identificá-lo. Além disso, traz consigo diversas consequências maléficas aos cidadãos que a vivenciam, inclusive sendo considerado segundo Rubin & Mills (1988) como um potencial contribuinte para problemas como a solidão, ansiedade e depressão.

Pensamos sobre o papel do assistente social frente a esta expressão da questão social e quais mecanismos possui este profissional para o atendimento da referida demanda. Para tal, faz-se necessário compreender que o Serviço Social possui um projeto ético político que reconhece a liberdade como valor central, tendo seu foco na plena expansão dos indivíduos sociais e na construção de uma nova ordem societária. Para tal, luta a favor da equidade e da justiça social, com vistas na ampliação e consolidação da cidadania numa perspectiva de universalização de acesso a bens e serviços.

A defesa intransigente dos direitos humanos compõe o conjunto de princípios que norteiam a profissão e neste âmbito está incluído o direito a convivência social. Ou seja, mais do que lutar contra o isolamento social, o assistente social deve trabalhar na garantia da convivência familiar e comunitária, tendo compromisso com a qualidade do serviço que está sendo ofertado ao usuário pretendendo sua efetivação.

Além das dimensões teórico-metodológico e ético-político da profissão, o assistente social possui conhecimento técnico-operativo (instrumental e técnicas para a realização da intervenção) o que o torna um profissional em potencial no enfrentamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, do isolamento social.

A seguir vamos analisar as hipóteses deste trabalho, nas quais vamos abordar de forma mais detalhada questões apresentadas acima no que se refere principalmente à socialização.

2 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DA SOCIABILIDADE E DA FORMAÇÃO DE GRUPO

Neste capítulo analisaremos as seguintes hipóteses: a) A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através do **fortalecimento da sociabilidade** dos participantes do SCFV; b) A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através da **formação de um grupo** entre os participantes do SCFV.

As hipóteses A e B serão analisadas conjuntamente porque entendemos que elas se complementam e promovem um melhor entendimento do material aqui estudado. Antes de adentrarmos a análise, cabe-nos esclarecer o que significa sociabilidade e grupo.

No que se refere à sociabilidade, utilizaremos os seguintes conceitos:

A sociabilidade é a **capacidade natural** de a espécie humana viver em sociedade e desenvolve-se pelo processo de socialização. Por meio da socialização, o indivíduo se integra ao grupo em que nasceu, assimilando o conjunto de hábitos, regras e costumes característicos dele. (BEZERRA, 2008, p. 45) (grifo nosso).

[...] a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de actividades, individuais ou colectivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações [...] (BAECHLER, 1995, p. 57).

Entende-se que esta é uma capacidade que compõe a essência do ser humano – que é um ser social - e que tende a ser fortalecida no decorrer da vida através dos contatos sociais. Portanto, mesmo sendo uma capacidade natural, a mesma exige mecanismos para o seu desenvolvimento. Neste caso, pressupõe-se que “quanto mais adequada for sua socialização, mais sociável ele se tornará” (BEZERRA, 2008, p. 45) e que quanto menos socializar – principalmente na infância, importante momento de crescimento e desenvolvimento da personalidade – menos o sujeito estará desenvolvendo sua sociabilidade.

Quanto ao conceito de grupo, entendemos que ele significa “duas ou mais pessoas que interagem e partilham objetivos comuns, possuem uma relação estável, são mais ou menos independentes e percebem que fazem de fato parte de um grupo” (RODRIGUES, 2001, p. 371).

As hipóteses A e B são complementares no momento que compreendemos que a existência da interação social favorece o desenvolvimento tanto da sociabilidade como contribui para formação de um grupo.

Para a construção desta análise separamos “sinais” que nos indicam fortalecimento de sociabilidade e a possibilidade de formação de um grupo, os quais nós vamos explicar no decorrer deste material. Antes vamos apresentar o que norteou nossas ações com o objetivo de fortalecer a socialização.

Para trabalhar a socialização com usuários em condição de isolamento social se fez necessário a compreensão de quais os possíveis condicionantes do isolamento social, pois se tratava da realidade a qual estes sujeitos estavam inseridos e na qual deveríamos intervir.

Os processos de verificação das demandas locais aliados às análises bibliográficas e, mais tarde, com a contribuição das atividades grupais e dos atendimentos individuais, foram identificados como determinantes da condição de isolamento social na região:

Acessibilidade e Território: Fundamental para a garantia de direitos, a não acessibilidade interfere em vários aspectos, sejam eles de transporte, informações, lazer, convivência, serviços públicos e entre outros.

Quanto ao território, sua estrutura pode influenciar potencialidades e vulnerabilidades dependendo da exposição a riscos e as oportunidades de acesso a informações, serviços e etc. Igualmente, “é preciso entender o território como um espaço dinâmico de relações onde necessidades e possibilidades se confrontam no cotidiano” (SPOSATI, 2008, p. 1).

Estigma social: O estigma social delimita o processo de trocas afetivas e sociais àquele que possui algum tipo de diferença ou característica que é pouco aceita pelos sujeitos à sua volta.

O estigma é uma construção social que representa uma marca a qual atribui ao seu portador um status desvalorizado em relação aos outros membros da sociedade. Ocorre na medida em que os indivíduos são identificados com base em alguma característica indesejável que possuem e, a partir disso, são discriminados e desvalorizados pela sociedade. Esse tipo de estigma é chamado de estigma social ou público. (RONZANI, 2014, p. 9)

O sujeito que sofre estigma social é deixado à margem pelo seu grupo de convívio, contribuindo para as situações de isolamento.

De posse dessas informações planejamos e executamos as ações do projeto de intervenção levando em consideração tais condicionantes – tendo em vista aquilo que poderíamos intervir - e também as particularidades de cada integrante. Sabemos que toda intervenção deve ter um propósito e que ter clareza disto é importante, pois são os “objetivos profissionais que definem que instrumentos e técnicas serão utilizados – e não o contrário.” (SOUSA, 2008, p.123).

As primeiras atividades objetivaram basicamente conhecer cada usuário, onde realizamos entrevistas e trabalhos em grupos voltados para a apresentação de cada participante. Utilizamos do conceito de que trabalho em grupo segundo Sousa, seria:

[...] uma técnica que utiliza jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática definida. No caso do Serviço Social, uma temática que tenha relação com o objeto de sua intervenção – as diferentes expressões da “questão social” (2008, p. 27).

Escolhemos trabalhar de maneira gradativa, pois como existiam crianças em situação de isolamento social a adaptação delas não seria de imediato, principalmente aos que estavam bastante assustados (em silêncio) e/ou que choravam muito nos primeiros encontros (provavelmente por timidez, vergonha, desconfiança ou medo). Para estes solicitávamos que desenhassem aquilo que gostariam de nos contar sobre suas vidas e/ou convidávamos para conversar individualmente, dando início aos atendimentos individuais. Geralmente após alguns minutos de atividade estes participantes se acalmavam, alguns se comunicando apenas conosco (coordenadora do grupo) e outros permaneciam em silêncio, sem responder a qualquer pessoa.

Para ilustrar como conduzimos uma das nossas primeiras atividades com o grupo apresentamos um trecho de diário do dia 15/05/14:

[...] Cada criança recebeu uma folha de papel em branco, uma caneta e foi solicitado para que escrevessem e/ou desenhassem algumas das suas principais dificuldades. [...] alguns demoraram para começar e duas crianças não aderiram a atividade, foi o caso de uma menina de 11 anos que não conseguiu se expressar claramente sobre suas dificuldades, nem mesmo em conversa individual com a psicóloga. Outro caso foi de uma

menina de 6 anos que ainda não sabia ler nem escrever, extremamente tímida, que permaneceu em silêncio quando questionada sobre qualquer assunto. Foi solicitado então para que ela fizesse um desenho com tema livre no papel em branco. Mais tarde ela ficou mais ativa e passou a participar do grupo.

Este processo de adaptação inicial com os usuários perdurou em torno de três a quatro encontros até que a maioria conseguisse se comunicar mais facilmente com os colegas.

O primeiro sinal que identificamos como fortalecimento da sociabilidade foi o início de uma comunicação entre aqueles participantes que não falavam (ou que falavam pouco) com os demais, seja nos grupos de convívio ou nos atendimentos individuais.

Entretanto, o caso mais relevante que observamos de isolamento social – das irmãs gêmeas - conseguimos perceber a evolução das usuárias depois de dez encontros, através do desenvolvimento da comunicação e das relações com os demais. Este foi um caso que nos exigiu mais atenção, pois o processo de socialização era mais sensível demandando maior cautela na coordenação das atividades coletivas e em algumas ações era necessário dar ênfase no trato com estas usuárias, como: estabelecer uma aproximação de forma a possibilitar a criação de vínculo de confiança; promoção da articulação com os colegas e cuidado para que mesmo acontecesse de maneira saudável; apoio em atividades devido a dificuldades de expressão falada e escrita e a valorização dos pequenos avanços que ocorriam.

No que diz respeito a técnica que lançamos mão para interpretar as relações e a forma que elas estavam se estabelecendo, utilizamos a observação, considerando que este é um instrumento que faz “uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar) [...] que tem como objetivo produzir um conhecimento sobre a realidade – tem-se um objetivo a alcançar” (SOUSA, 2008, p. 126).

A observação para o assistente social deve ter o diferencial de estar despojado de julgamentos prévios, ao observar nos distanciamos daquilo que é dado como “realidade pronta” e, juntamente com outras capacidades e conhecimentos podemos realizar a leitura da realidade na sua totalidade. Este é o diferencial capaz de tornar a observação um importante instrumento de trabalho para o assistente social.

Após o processo de apresentação e adaptação entre os participantes, iniciamos as tarefas que precisavam um pouco mais de interação de todos e

entendemos que este foi o momento em que se iniciou o fortalecimento da socialização, através do fortalecimento da sociabilidade:

[...] Cada grupo foi dividido em duas partes, o lado esquerdo e o lado direito. Para cada um dos “lados” foram entregues uma cartolina, 3 tesouras e 1 cola e várias revistas. Foi solicitado para que cada um escolhesse as figuras que quisessem (tema livre) para fazer uma colagem na cartolina, enquanto alguns procuravam figuras, outros recortavam e outro colava. Esta atividade apresentou bons resultados [...] independente da diferença de idade todos interagiram e participaram da escolha da figura, do recorte e da colagem. (Trecho extraído de diário de campo do dia 12/06/14)

Este trecho nos mostra também que o grupo poderia estar dando início a sua formação através da criação dos primeiros laços de vínculo, por meio do compartilhamento de materiais, do coleguismo e trabalho em equipe. Com a finalidade de fortalecer estes aspectos, elaboramos um exercício parecido, mas a partir de um método diferente, numa atividade que exige a troca de materiais com os colegas e, portanto, a comunicação entre eles.

[...] Foram entregues folhas com desenhos e apenas um giz de cera para cada participante, cada giz em cor diferente. Após a entrega dos materiais o grupo foi orientado a organizar as classes em forma de “meia lua” para que todos conseguissem enxergar os colegas [...] A orientação para este dia era que colorissem o desenho, mas não apenas com a cor recebida, pois o desenho deveria ficar colorido ao final da tarefa. [...] a atividade correu bem e demandou poucas intervenções, ao final do exercício os desenhos estavam coloridos com várias cores [...] (Trecho extraído de diário de campo do dia 26/06/14)

Esta tarefa foi bastante produtiva, tendo em vista que além de exigir a interação e a gentileza no contato com o colega, nos passou informações importantes sobre cada usuário, onde conseguimos fazer uma leitura dos desenhos pelo número de cores que foram utilizadas. Sempre antes de iniciar exercícios deste gênero solicitávamos para que os indivíduos assinassem seu nome no papel recebido para que depois pudéssemos identificar de quem era cada trabalho e através deles verificar as singularidades para podermos intervir naquilo que tínhamos como meta que era trabalhar a socialização. Como por exemplo, no caso das gêmeas que referimos acima, os seus trabalhos e interação nos apontavam fragilidades. Segue abaixo um trecho extraído do diário de campo do dia 26/06/14 que ilustra o que referimos:

[...] sobre as irmãs, trocaram as cores apenas entre elas, mesmo depois da nossa intervenção quando questionamos se gostariam de outras cores. Elas

frequentemente respondem nossos questionamentos apenas com sinais de “sim” ou “não”, sempre evitando a fala.

Cabe-nos esclarecer que respeitamos as decisões de cada usuário, inclusive quando não aderiam ao exercício proposto da forma como propusemos. Desta maneira, entendemos que ao realizarmos uma intervenção devemos contribuir para o progresso dos indivíduos, mostrando-lhes os caminhos possíveis e lhes fornecendo orientações, mas sem desrespeitar suas escolhas. Assim, entendemos que nos mantivemos vinculados ao estabelecido no Código de Ética Profissional do assistente social durante a execução de nossas ações.

Dando continuidade a evolução da sociabilidade e da possibilidade de formação de um grupo, pensamos em atividades que poderiam vir a fortalecer os vínculos através da troca de gentilezas entre os participantes. Mantivemos a técnica de compartilhamento de materiais e disposição das mesas em forma de “meia lua”, pois acreditávamos que isto estava fornecendo bons resultados quanto à interação, e:

“[...] como o encontro do grupo acontece dentro de uma escola, buscou-se uma ruptura com o modelo de sala de aula tradicional que dispõe de carteiras situadas hierarquicamente uma frente à outra. Todos estes detalhes focados na melhor possibilidade de bem estar e desenvolvimento do grupo” (SILVA, 2014b, p. 2).

Para exemplificar o exercício, temos o trecho do diário do dia 07/08/14:

[...] Foram distribuídas uma folha branca com um desenho para ser recortado e pintado, o que mais tarde viria a se transformar numa caixinha de presente. Os lápis de colorir e demais materiais ficaram disponíveis no centro do grupo, com número reduzido de tesouras e colas, para que os usuários partilhassem os materiais. [...] Todos foram orientados a fazer no mínimo uma caixinha para ser entregue ao colega o qual retirou o nome no sorteio [...] deveriam colocar dentro da caixinha uma carta com uma qualidade do colega sorteado.

Esta atividade gerou interação, principalmente porque alguns participantes tinham dificuldades em montar a caixinha e recebiam ajuda dos colegas. Entretanto, aconteceu algo que nos alertou para as situações que poderiam estar se constituindo sobre forma de preconceito, quando o participante A reclamou de ter que fazer a caixinha para o B - um dos usuários que havíamos identificado em situação de isolamento social - , pois achava ele “muito burro”. O usuário A devido seu posicionamento recebeu atendimento individual. O usuário B possui leve deficiência cognitiva.

Percebemos no decorrer das atividades seguintes que dois participantes eram mais frequentemente criticados e/ou ofendidos pelos colegas quando se pronunciavam e que também costumavam ficar sozinhos durante os intervalos na hora do lanche. Ambos possuem leve deficiência cognitiva e “percebe-se que existe um preconceito dos outros colegas devido sua dificuldade cognitiva” (SILVA, 2014a, pg. 17).

Levando em consideração tais observações, pensamos que deveríamos criar ações para problematização e possível enfrentamento de aspectos que sugeriam estar relacionados ao preconceito que estava recaindo sobre os usuários devido sua dificuldade cognitiva, abordando questões que estavam relacionadas a conviver com as diferenças. Entendemos que o valor do trabalho do assistente social reside na sua utilidade social, seja de atuar diante das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos devidos suas limitações, ou a problematização daquilo que é construído e se constitui em forma de preconceito e, portanto, o produto do seu trabalho passa a ser o fator determinante da forma de realizá-lo (GUERRA , 2000).

Partindo deste entendimento, acreditamos na importância da elaboração qualificada das atividades com finalidades específicas e, assim sendo, buscamos fazer uso de uma coordenação estratégica dos grupos, tendo em vista que assim articulamos e harmonizamos as ações para atingir um objetivo.

A atividade a seguir compreende além da possibilidade de fortalecer a socialização, trabalhar os valores como respeito ao próximo a fim de minimizar as situações que indicavam estar relacionadas a preconceito:

[...] foi escrito a seguinte pergunta na lousa: O que é respeito? O orientador fez a leitura da pergunta e solicitou para que todos copiassem, uma vez que enquanto refletiam sobre o questionamento também exercitavam a escrita. [...] Na dinâmica de grupo é fácil identificar quem interage bastante e quem interage menos e como a intenção é que todos participem, aos alunos que estavam em silêncio por muito tempo o orientador fez a seguinte pergunta: Existe algo que façam contigo que você não goste? [...] surgiram várias respostas e vieram à tona os ressentimentos guardados por alguns sujeitos, onde [...] revelaram o sentimento de mágoa pelas seguintes questões: apelidos ofensivos, difamação, agressão física e verbal de colegas, amigos e irmãos. Tendo em vista que muitos se manifestaram sobre a questão, foi lançado outro questionamento: Porque vocês agredem uns aos outros se vocês não gostam de ser agredidos? [...] No geral as respostas foram se referindo que quem havia começado a discussão era o outro e eles apenas estavam revidando. Este momento abriu espaço para a fala do orientador sobre a importância de respeitar o próximo, sobre não fazer com o outro aquilo que sabemos que irá feri-lo e que não gostaríamos que fizessem conosco, quanto a não continuidade na maldade do outro e na resolução de

conflitos para o bom convívio e a preservação das relações sociais. Todos mencionaram gostar de brincar e de ter amizades quando questionados sobre o assunto, dizendo que não gostavam de ficar sozinhos, reforçando assim a ideia de cuidar e manter os vínculos sociais. (SILVA, 2014b, p. 3-4)

Para finalizar esse exercício buscamos sensibilizar os participantes a fim de que compreendessem porque não é saudável agir de maneira maldosa com os outros:

[...] uma última lista foi feita a partir do seguinte questionamento: O que sentimos quando alguém nos desrespeita? Antes que começassem as respostas o orientador esclareceu o que era a palavra desrespeito. [...] quando começaram a expor as primeiras opiniões os participantes se mostraram bastante sinceros e reflexivos sobre o tema: tristeza, raiva, angústia, decepção, mágoa, “chorar”, desânimo, “ofendido”. Como se pode perceber, as respostas foram variadas e se encaixaram perfeitamente na lista de sentimentos que o desrespeito pode nos causar. (SILVA, 2014b, p. 5)

Após esta atividade estabelecemos como regra do grupo o respeito ao próximo e para exercitar este novo aprendizado alertávamos toda vez que algum colega agia com desrespeito com o outro. Nas primeiras vezes a intervenção era unicamente nossa em mencionar quando algum colega agia com desrespeito, por fim, quando os usuários já estavam mais seguros do significado, passaram a intervir também.

As questões que surgiram durante a execução das atividades foram diversas, uma vez que ao lidarmos com um grupo de pessoas nos deparamos com diferentes realidades, culturas e valores. Sabendo que visávamos o fortalecimento da socialização entre os participantes, escolhemos intervir preferencialmente nos aspectos que de fato poderiam estar prejudicando o desenvolvimento do grupo.

Ao final das nossas atividades do projeto de intervenção, demos espaço para uma atividade basicamente lúdica e bem interativa, pois acreditamos que o grupo já estava formado e com traços de vínculo, o que nos possibilitou uma ação como esta:

Com o grupo mais fortalecido, resolvemos trabalhar com massinha de modelar, onde todos participaram da produção da massa e depois fizeram seus objetos. Executamos da seguinte forma: Separação da turma em dois grupos onde cada um recebeu quantidade de materiais para a produção da massa; O orientador ofereceu para cada participante colocar no pote que estava ao meio do grupo, uma parte dos elementos da produção da massa; Depois que todos colocaram os ingredientes, todos juntos mexeram com mãos até formar a massinha de modelar; A grande massa foi dividida entre eles e cada um fez o objeto que desejasse com o material. Essa atividade

deixou as crianças e os adolescentes bastante agitados, eles gostaram muito do exercício [...] (SILVA, 2014a, p. 19).

A forma como o grupo interagiu nesta atividade e através do que observamos durante todo seu desenvolvimento, entendemos que conseguimos contribuir para a formação de um grupo através do fortalecimento da socialização. O grupo, além de trabalhar em conjunto na produção da massa, trocaram experiências, comentaram acerca de seus trabalhos, emprestaram parte do seu material (massinha) para aqueles que desejavam fazer trabalhos maiores e ajudaram uns aos outros a dar forma aos objetos.

Quanto a sociabilidade, a própria socialização saudável dos indivíduos nos grupos nos informa o seu desenvolvimento, principalmente quanto aqueles que eram mais facilmente deixados a margem por seus colegas devido sua dificuldade cognitiva. Entretanto também identificamos nos atendimentos individuais, que foram realizados pela psicóloga, sinais que indicam a evolução dos sujeitos envolvidos no projeto.

Vale lembrar que todas as atividades grupais foram realizadas com grupos de crianças e adolescentes, ou seja, com diferentes faixas etárias. Essa mescla entre as idades fez com que tivéssemos que elaborar atividades onde todos pudessem ser contemplados, agradando a todos de forma que fossem convidativas e que retornassem no encontro seguinte. O que obtemos com esta forma de organização foi perceber a interação dos adolescentes com as crianças, no sentido de cuidado e solidariedade, o que já era visível nos últimos encontros, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Como os usuários se constituíam em crianças e adolescentes, a avaliação que foi realizada com eles se baseou numa pergunta simples e direta, de maneira que eles entendessem e conseguissem se expressar. [...] Foi lançada uma pergunta no quadro-negro, todos receberam papel e lápis para copiar a pergunta e depois responder. Alguns participantes não sabiam escrever, por tal motivo, o grupo foi orientado a ajudar quem não soubesse escrever e quem não soubesse deveria solicitar ajuda dos colegas. Como esta foi a atividade de encerramento, o grupo já se encontrava bastante desenvolvido e com facilidade de interação. Após a leitura e a explicação do que deveria ser feito, os participantes responderam e ajudaram aqueles que não sabiam escrever, sem solicitar a ajuda da coordenadora do grupo, no caso, a estagiária. (SILVA, 2014c, p.13)

Este foi o último encontro grupal, baseou-se numa avaliação das atividades propostas por nós durante o ano de 2014. A pergunta lançada ao grupo neste dia foi a seguinte: Avaliação: O que eu acho das atividades propostas pela Tainá? Algumas respostas:

“Gostei de estudar e dos atendimentos ‘pedagógicos’, eu gosto de jogar futebol” (Participante 1 – 9 anos).

“Eu acho muito alegre, eu gosto de vir e de poder desabafar. Aprendi que tem gente boa. Adorei as professoras, são legais. A massinha eu gostei, tinha muito ninho. Amei o que o Guilherme fez... os carrinhos. Quero ter mais” (Participante 2 – 14 anos).

“As brincadeiras são legais, gosto de estudar. Quero continuar a fazer brincadeiras.” (Participante 3 – 8 anos).

“Eu adoro, é muito legal porque nós aprendemos muito, elas são legais, fizemos atividades legais” (Participante 4 - 10 anos).

“Gosto das atividades com massinha de modelar e sobre família. Gosto das conversas individuais” (Participante 5 – 9 anos).

“eu gosto das atividades que vocês fazem, eu gosto de vir para o atendimento ‘pedagógico’ para que eu possa aprender... Jogar futebol, mas as vezes brincar lá fora e fazer trabalhos. Pintar com tinta.” (Participante 6 – 10 anos).

“eu gosto das atividades das ‘profes’. Eu gosto de fazer desenho. Eu acho que tem que continuar assim” (Participante 7 – 10 anos).

“Gosto muito das oficinas, está bom assim. Quero brincadeiras legais. Gosto de brincar com amigos.” (Participante 8 – 8 anos).

“Eu acho que está bom, eu aprendi um monte de coisas e para mim está bom. Só que fiquei muito triste na atividade das massinhas de modelar que a professora jogou fora, mas está bom” (Participante 9 – 12 anos).

“Eu acho boa e legal. Passa coisas pra gente. Eu gosto de fazer atividades e das brincadeiras... De fazer muita coisa.” (Participante 10 -12 anos).

Esta avaliação foi importante para a reflexão das ações realizadas até então, pois este é um parecer dos usuários, nos apresenta de maneira direta e clara o que pensaram de tudo o que foi executado. Percebe-se que ter disponibilizado este espaço de socialização foi importante para eles, onde muitos colocaram como sendo “legal e alegre”, “gosto de brincar com os amigos” e “quero ter mais”, isso nos demonstra o que sentiam quando participavam dos grupos.

Acreditamos que conseguimos fortalecer a socialização através do fortalecimento da sociabilidade e da formação de um grupo, por meio da leitura e análise do desenvolvimento das atividades grupais e da avaliação dos usuários

quanto as ações que realizamos. Observamos as mudanças, os avanços, a interação, o comportamento dos usuários e suas falas.

Entendemos que a socialização não aconteceria de fato se antes não trabalhássemos a sociabilidade e não contribuíssemos para o fortalecimento do grupo. Olhar para a condição de isolamento social foi imprescindível neste processo, pois levamos em consideração a fragilidade desta situação durante o avanço dos grupos de convívio.

3 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENÇA AO TERRITÓRIO

Neste capítulo analisaremos a seguinte hipótese: A estudante de Serviço Social contribuiu para o fortalecimento da socialização através do fortalecimento do sentimento de pertença ao território nos participantes do SCFV.

Para analisar esta hipótese partimos do entendimento de que o sentimento de pertença pode contribuir para a socialização através do estabelecimento de relações saudáveis e de experiências agradáveis relacionadas ao local em que se reside. Ele pode ser entendido como “[...] a experiência de envolvimento pessoal num sistema ou ambiente, por forma a que as pessoas se sintam parte integrante desse mesmo sistema ou ambiente” (MONTEIRO, MAIA, 2009, p. 20).

No processo de socialização, cada vez que precisamos nos identificar ou situar, utilizamos diferentes expressões, para definir a nós mesmos e aos outros: quem somos; de onde somos ou vivemos. Nesse movimento, vamos dando aos “nossos” lugares, sentidos, saberes, significados e valores ora semelhantes, ora diferentes, de acordo com a maneira como os vivenciamos através das nossas sensibilidades. (PIEPER, BEHLING, DOMINGUES 2014, p. 4)

Assim sendo, atribuímos sentimentos ao local onde vivemos, pois ele nos remete a um grande número de acontecimentos e relações. É também onde geralmente se estabelecem alguns dos principais laços afetivos, como a família, os vizinhos e a comunidade. Por assim ser, o território “[...] vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares” (SANTOS, 2011, p. 4).

Este processo de vinculação com o local advém da forma como vivenciamos as experiências diárias, portanto, a qualidade das relações e das experiências – boas ou ruins – é significativa no processo de fortalecimento do sentimento de pertença ao território. Neste sentido, Elvas e Moniz nos dizem que:

A melhoria da qualidade e satisfação de vida percebida através do sentimento de pertença a uma comunidade é directamente influenciada, por componentes específicas e dominantes da vida, como a família, os amigos, a escola, o próprio, os vizinhos e o bairro. (ELVAS, MONIZ; 2010, p. 462)

Através do grupo de convivência encontramos no fortalecimento do sentimento de pertença a possibilidade de robustecimento da socialização. Devido as nossas ações estarem limitadas (falta de recursos, tempo, equipe e possibilidade

de visitas domiciliares) buscamos a melhoria na qualidade de vida dos usuários por meio daquilo que nos era possível, ou seja, através de abordagens coletivas e individuais.

Percebemos que, para tal objetivo, seria necessário mostrar para os usuários o que todos eles possuíam em comum: o território. Partindo disto, tínhamos a possibilidade de fortalecer os vínculos de identidade e de afetividade, podendo contribuir conseqüentemente para o sentimento de pertença e a socialização.

Acreditamos que fortalecer o sentimento de pertença ao território seja algo posterior ao fortalecimento da sociabilidade e da formação de um grupo - como analisamos na hipótese anterior - pois aqui os laços comunitários devem ser fortalecidos e para isso os aspectos anteriores já devem estar minimamente desenvolvidos, uma vez que trabalhamos com casos de isolamento social. Portanto, as atividades que foram realizadas para este fim aconteceram quando observamos que o grupo se apresentava mais fortalecido e interagindo mais facilmente.

Ao realizar ações neste âmbito buscamos primeiramente entender como os usuários se sentiam em relação à comunidade, trabalhando sempre, como mencionado no capítulo anterior, de maneira gradativa observando a evolução do grupo.

A atividade realizada no dia 07/08/2014 teve como título “o lugar onde vivo” e aconteceu conforme trecho do diário a seguir:

[...] Cada participante foi orientado a falar um pouquinho sobre o lugar que vive, como é o local, como é o ambiente, o que mais fazem nos ambientes e com quem conversam. E ainda, o que poderia ser diferente neste ambiente. Para auxiliar na expressão de como é e o que poderia ser diferente, cada aluno recebeu uma folha onde poderiam desenhar ou escrever o que gostariam de nos contar [...].

Percebemos com esta atividade que, de maneira geral, as brincadeiras que gostam frequentemente são relacionadas ao campo, com os animais e até mesmo ao trabalho relacionado no meio rural, através de pequenas tarefas do cotidiano que os agradem. Em relação ao que gostariam que fosse diferente no local onde residem eles não se pronunciaram.

Quanto aos contatos sociais, a maioria dos participantes mencionou basicamente os familiares e os colegas da escola. “[...] poucos tinham vizinhos próximos, geralmente brincavam em casa com irmãos ou sozinhos.” (SILVA, 2014a, p. 16). Ainda, quando questionados sobre espaços de lazer, mencionaram existir um

campo de futebol onde geralmente os jovens se encontravam, não estando sempre disponível para eles.

Considerando que as vivências diárias e a qualidade das relações são importantes para o fortalecimento do sentimento de pertença ao território, estas informações nos fez pensar sobre a importância de espaços como este que estava sendo oferecido por meio do SCFV, tanto para a valorização da socialização quanto da própria comunidade.

Vale ressaltar que para esta hipótese continuamos considerando os condicionantes do isolamento social os quais apresentamos na hipótese anterior: Estigma Social; Acessibilidade e território. E, neste sentido, percebemos que ao executar nosso projeto de intervenção juntamente com o SCFV na comunidade, ampliamos o acesso dos usuários aos serviços ofertados pelo CRAS, uma vez que foram disponibilizadas mais técnicos no atendimento as demandas que surgiam.

Como os sujeitos mencionaram gostar das atividades em meio a natureza, elaboramos uma tarefa que teve por objetivo promover uma atividade fora da sala de aula e fazer com que nos apresentassem, de maneira agradável, como são os locais que costumam brincar, lembrando que se respeitarmos o saber e o viver do outro teremos maiores possibilidades de intervir na realidade.

A proposta era de que as crianças saíssem para o pátio da escola e buscassem alguns elementos da natureza, como: folhas, galhos e terra. Com estes materiais deveria ser elaborado um desenho que expressasse a ligação deles com o local onde vivem: o meio rural [...] Os participantes foram liberados para fazer a coleta dos materiais desejados e, neste momento, todos foram correndo para o pátio, juntaram folhas de diversas plantas diferentes e galhos, alguns aproveitaram para brincar [...] Como a maioria dos participantes havia retornado para a sala correndo, eles estavam bastante agitados e eufóricos, mas não de uma maneira dispersa e que atrapalhasse a atividade, mas de uma maneira entusiasmada e alegre. Este foi um momento de muita interação entre o grupo, houve comentários sobre os desenhos alheios, troca de folhas de árvores, empréstimo da cola branca [...]. (SILVA, 2014b, p. 7)

Os participantes reagiram de uma maneira muito positiva em relação a essa atividade e poucas intervenções tiveram de ser feitas durante sua execução. A maioria dos trabalhos apresentaram árvores, plantas, morros e animais, mas alguns não formavam nada em específico. Não obtivemos muitas informações diferentes do que já havíamos conseguido com a atividade anterior, mas promovemos um momento agradável entre estes semelhantes através daquilo que eles têm em comum que é o contato com a natureza.

Nas abordagens coletivas e nos atendimentos individuais foi percebido que os arranjos familiares dos usuários eram diversos e que muitos usuários não se mostravam satisfeitos com a forma que havia se estabelecido seu meio familiar. Os motivos são vários, mas podemos destacar tais situações: Pais separados e ausência da figura do pai e/ou da mãe (Residindo com tios/tias, avós/avôs). Consideramos que este seria mais um aspecto em comum entre os usuários e que deveria ser explanado com a finalidade de romper com o conceito conservador de família e de trocar experiências.

[...] a dinâmica “apresento-lhes minha família”, onde foi solicitado para que desenhassem suas famílias e depois apresentassem para o colegas. Tendo gerado uma “polêmica” acerca do que é família, onde muitos se sentiram “fora do contexto” pelo fato de morar com os avós, tios, ou somente com a mãe ou o pai [...]. Levamos desenhos com ilustrações de diversos tipos de família e de costumes, com a intenção de mostrar que família vai muito além de pai, mãe e filhos. Completamos com uma fala sobre o tema e slides. (SILVA, 2014a, p. 18-19)

Estes momentos de troca de experiências também são necessários porque apresentam novas ideias aos participantes, considerando que muitos possuíam poucos espaços para socialização além da escola e da família nuclear.

A família é o principal meio de transmissão de cultura, valores e ideias e é neste sentido que se apresenta a importância dos meios de socialização secundários e terciários. A criança e o adolescente estando em fase de formação da personalidade, absorvem daquilo que lhes rodeia para criar - aos poucos - sua forma de pensar, podendo chegar a questionar determinados hábitos familiares. Neste aspecto, corroboramos com a Sarti (2004) quanto ao papel dos jovens em uma família, pois estes buscam outros referenciais a fim de construir sua identidade fora da família e como resultado se tem a introdução de novos discursos que abalam seu discurso oficial, seja pela ruptura, inversão ou reafirmação de seu discurso.

Durante nosso período de atuação buscamos zelar pela boa convivência e saúde das relações que estavam se estabelecendo nas atividades grupais, tanto na coordenação dos grupos quanto na elaboração das atividades. Neste processo, cabe-nos informar que estabelecemos uma comunicação bastante aberta com os usuários do serviço, disponibilizando-nos a ouvir as sugestões de atividades indicadas por eles e atendendo sempre que possível.

Mantivemos o caráter educativo das nossas ações, mas acreditamos ser importante continuar cultivando os momentos ao ar livre dos nossos grupos de

encontro, inclusive por esta ser uma atividade solicitada pelos participantes. A tarefa a seguir foi dividida em dois momentos, primeiro fomos ao pátio da escola e fizemos a dinâmica da “dança da cadeira⁴” para gerar interação, todos participaram e gostaram da brincadeira. Após, realizamos o segundo momento que foi da seguinte maneira:

Foram distribuídos uma folha branca para cada participante e um pincel, no centro da roda foram colocadas potes de tinta guache nas cores primárias mais o preto e o branco. A orientação era para que fizessem uma pintura com o tema “Pinhal Santo Antonio” e que se desejassem utilizar cores diferentes deveriam cria-las a partir das cores disponibilizadas. A coordenadora ajudou na elaboração de novas cores, assim como os colegas mais velhos. Mais tarde todos foram orientados a ajudar a limpar os materiais e a sala, momento este que também se transformou em brincadeira. (Trecho extraído de diário de campo do dia 30/10/14)

A maioria das pinturas envolveram membros da família, plantas, árvores e animais. Percebemos que a natureza era recorrentemente representada em seus desenhos e sempre como algo positivo. Esta informação pode ser confirmada pela reação dos participantes em relação à outra atividade que havia sido realizada anteriormente:

Enquanto os materiais eram organizados e guardados, o orientador perguntou para a turma se eles gostavam de natureza, tendo uma resposta positiva, foi feita uma nova pergunta: No local onde vocês moram existem árvores e natureza por todos os lados, a natureza é responsável pelo equilíbrio da temperatura do ambiente e para o ar puro. Sabendo disso, vocês gostam e respeitam a natureza? A resposta foi quase que “cantada” pelo grande grupo, dizendo um longo e alto “sim”.

Orientador - Vocês gostam de brincar na natureza?

Participantes - Siiim

O - E vocês se identificam com ela, com a natureza?

P - Siiiiim

Alguns comentários como: “eu gosto de subir nas árvores” ou “eu gosto de andar a cavalo”, “eu gosto de subir pra roça com o pai” foram aparecendo instantaneamente. (SILVA, 2014b, p. 6-7)

Percebemos que o sentimento de pertença ao território pode ser fortalecido através das nossas ações, pois obtivemos bons resultados com os grupos de convívios e conseguimos fortalecer a socialização. Acreditamos que este fortalecimento se deu por meio da elaboração de atividades que envolvem e traduzem aspectos da comunidade em que vivem, no fortalecimento dos laços de

⁴ Dança da cadeira: Dinâmica que consiste em dispor um número de cadeiras no centro da roda de pessoas em menor quantidade em relação ao número de participantes. Todos caminham em torno das cadeiras e é colocada alguma música para tocar, sempre que a música pára todos devem se sentar, sendo excluído da brincadeira aquele que ficar de pé. O número de cadeiras deve ser mantido menor em relação ao número de pessoas até restar apenas uma cadeira. Ganha aquele que sentar na última cadeira restante.

afetividade e identidade, na troca de experiências, na coordenação estratégicas das abordagens coletivas, na valorização da opinião dos participantes e na disponibilização de um espaço de lazer, além de ser um espaço educativo.

Quanto a relação deste trabalho com o Serviço Social, partimos do entendimento de Carvalho, onde ela nos diz que:

Ela (a profissão) não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade. (2000, p. 52)

Atuamos numa região de grande vulnerabilidade social onde as expressões da questão social que se apresentavam eram várias, em especial o isolamento social. Desenvolvemos estratégias para o enfrentamento dessa vulnerabilidade e visamos a convivência comunitária e a melhoria da qualidade de vida através do fortalecimento do sentimento de pertença, o que entendemos ser importante neste processo.

A promoção de vivências agradáveis no local enriquecendo os sentimentos positivos em relação ao mesmo foi necessária e acreditamos que a socialização foi fortalecida através das ações aqui relatadas e analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este TCC – que serviu como uma retomada sobre o processo de estágio – gostaríamos de tecer algumas considerações acerca do trabalho que realizamos.

Durante a execução de nossas atividades lidamos com limitações financeiras e de recursos em relação a nosso projeto de intervenção e ao SCFV, o que diminuiu a abrangência da nossa atuação. Por tal motivo, buscamos ao máximo qualificar nosso trabalho em relação aos atendimentos individuais e principalmente as abordagens coletivas, tendo em vista que estes eram nossos instrumentos mais cabíveis diante do contexto o qual estávamos inseridos (vulnerabilidades apresentadas e disponibilidade de recursos).

E para responder a pergunta da nossa pesquisa que consistia em saber se enquanto acadêmica de Serviço Social contribuímos para o **fortalecimento da socialização nos grupos** de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Pinhal Santo Antônio no período que realizamos nosso estágio, analisamos as hipóteses apresentadas neste material e que funcionaram como eixos para a análise de verificação da consolidação do processo de socialização.

A primeira e a segunda hipótese que foram analisadas conjuntamente trouxeram sobre o fortalecimento da sociabilidade e a formação de um grupo enquanto meios para o fortalecimento da socialização. A terceira hipótese apresentou o fortalecimento do sentimento de pertença como eixo de análise deste processo.

As hipóteses e os objetivos que nortearam a análise desta pesquisa foram se confirmando através do referencial teórico e pela materialização daquilo que foi produzido no período de estágio.

Cabe-nos ressaltar que nos mantivemos vinculados ao projeto ético-político, em todas as suas dimensões, durante a execução de nossas ações o que foi importante para a garantia da qualidade do que estava sendo realizado.

Em relação as nossas principais descobertas podemos citar que identificamos a importância do meio de socialização secundário na evolução do ser humano, tanto na troca de informações e conhecimento como na troca de vínculos afetivos e

aspectos culturais. Percebemos a socialização como uma forma de evolução, onde juntos aprendemos e progredimos.

Obviamente que para isso foi preciso zelar pela qualidade das trocas afetivas e de vínculo, na perspectiva que os indivíduos cresçam tendo relações saudáveis e experiências agradáveis.

Outra descoberta que obtivemos foi em relação a como se dá o desenvolvimento da criança e do adolescente no meio rural, onde percebemos que eles recebem responsabilidades mais cedo, e que a cultura do trabalho dentro das famílias é bastante forte. Esta informação nos faz reafirmar a necessidade de espaços de socialização e de lazer no meio rural.

Com isto, entendemos que a análise do trabalho realizado que se traduz neste TCC estende sua contribuição no âmbito do CRAS enquanto equipamento da PNAS, no fornecimento de informações e aprofundamento teórico acerca do tema. Para nós, a relevância vem ao encontro com a capacidade de análise dos processos de trabalho do assistente social, numa possibilidade de reflexão sobre a práxis e aperfeiçoamento do profissional.

Entendemos que ao levar as ações mencionadas neste trabalho até a comunidade local (Pinhal Santo Antônio) contribuimos para o melhoramento da estrutura do território e, ao representar o CRAS, abrimos portas para o contato daquela comunidade local com os serviços da PNAS, uma vez que estava sendo disponibilizados agentes da equipe técnica na execução do serviço e no atendimento das demandas nos seus espaços de acesso.

Por fim, este trabalho contribui para o conhecimento acerca do tema isolamento social e as questões que podem envolver esta vulnerabilidade, e entendemos que este tema deve ser explorado por outras pesquisas no sentido de dar visibilidade a esta expressão da questão social e com isto favorecer significativamente quem é atingido por situações desta natureza.

REFERÊNCIAS

- BAECHLER, J. (1995). Grupos e Sociabilidade. In R. Boudon (Ed.), *Tratado de Sociologia*. Lisboa: Edições Asa, 57-95.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEZERRA, Maria Helena Viana. *Sociologia*. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008. 122p.
- BELLONI, M.L. *Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização*. Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAPACITA SUAS. Volume 1. 2008.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- _____. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 20ª Ed. Brasília, 2003
- _____. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993.
- _____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Nacional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF. 2009
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2005.
- _____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1ª ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2 ed. Atual e ampl. Brasília: INB, 2003.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência Social no Brasil: Da caridade ao Direito. [Monografia] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>> Acesso em: 6 set. 2015.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica* (2010), 3 (XXVIII): 451-464. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n3/v28n3a06.pdf>> Acesso em: 6 set. 2015

FERREIRA, Andressa do Nascimento. *A atuação profissional dos assistentes sociais nos centros de referência de assistência social (CRAS) do município de São Pedro da Aldeia-RJ*. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/tcc/2012-2/Andressa%20do%20Nascimento%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 7 set. 2015

FERREIRA, D. S. S; *A relação entre o isolamento social e o sentimento de solidão em jovens adolescentes*. [Dissertação de Mestrado] ISPA - Instituto Universitário; 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2281/1/14884.pdf>> Acesso em: 01 dez. 2015

FONSECA, C. Concepções de Família e Práticas de Intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v.14, n.2, p.50-59, 2005.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*; 3ª edição; São Paulo, Cortez, 2000.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MARTINELLI M. L.. (Coord). *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social*. NEPI Caderno n.1. São Paulo: PUCSP, 1994.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 3ªEd. São Paulo:Cortez, 2008.

MIRANDA, M. P. B. V. B; *Amarras do mundo rural: Implicações do isolamento social na saúde e nos projetos dos jovens*. [Dissertação de Mestrado] Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 2007.

MONTEIRO, Ivandro Soares; MAIA, Angela. Propriedades Psicométricas da Versão Portuguesa do Instrumento de Avaliação do Sentimento de Pertença. *Revista de Ciências da Saúde de Macau* Vol.9, No.1 19, 2009.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v.12, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2013.

PIEPER, Daniela da Silva; BEHLING, Greice Maia; DOMINGUES, Gabriella. Pertencimento, Patrimônio e Meio Ambiente: Um diálogo necessário para a sustentabilidade. *Revista DELOS – Desarrollo local sostenible*. Vol. 7º. nº21. Outubro de 2014.

RAMOS, Arthur. *Introdução à psicologia social*. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003

RUBIN, K., Mills, R. (1988). The many faces of social isolation in children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 56, p. 916-924.

RONZANI, Telmo Mota. *Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores* / Telmo Mota Ronzani, Ana Regina Noto, Pollyanna Santos da Silveira ; colaboradores Ana Luísa Marlière Casela ... [et al.] – Juiz de Fora : Editora UFJF, 2014. 24 p.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. *Psicologia social*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Jean Calors Vieira; Santos, Rosselvelt José. Territórios do Barrocal e as Territorialidades dos Oleiros no baixo Vale Paranaíba Goiano. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 p. 1-15

SAKAMOTO. Leonardo; Caderno temático Meia infância - O trabalho infanto-juvenil no Brasil hoje. Brasília: Copyleft. [Recurso Eletrônico] Disponível em : <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/BRASILLIVREDETRABALHOINFANTILWEB.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2015

SILVA, Tainá Andressa Cezar. **Relatório Final de Estágio III**. Estágio Supervisionado em Serviço Social III. Curso de Serviço Social. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014a. 30p.

SILVA, Tainá Andressa Cezar. **Relatório Descritivo Processual 1**. Estágio Supervisionado em Serviço Social III. Curso de Serviço Social. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014b. 11p.

SILVA, Tainá Andressa Cezar. **Relatório Final de Estágio IV**. Estágio Supervisionado em Serviço Social III. Curso de Serviço Social. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014c. 22p

SOUSA, C. T. de. *A prática do Assistente Social: Conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional*. Rio de Janeiro, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de. *A Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise*. 6ºed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil . *XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008

YASBECK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. *Cadernos ABONG*, n.º 19. Outubro de 1997.